

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/02/2020 | Edição: 39 | Seção: 3 | Página: 81

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

Fundado em 1993, o Instituto Nordeste Cidadania - Inec foi constituído por funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S/A. - BNB em apoio à Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida, em um contexto em que se fazia necessário dar respostas às graves questões socioeconômicas pelas quais passavam significativos contingentes da população situados abaixo da linha da pobreza. Em 1996, tornou-se Organização Não Governamental (ONG), intensificando, então, a implantação de projetos produtivos geradores de emprego e renda, com atuação voltada para as áreas de educação, cultura e arte, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade diante da sociedade e das regiões em que atua.

Detentor de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em 2003, foi qualificado pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fato que o possibilitou firmar termos de parceria com órgãos públicos, iniciando sua primeira parceria com o parceiro público, Banco do Nordeste, para operacionalizar programas de microcrédito urbano (Crediamigo) e rural (Programa Agroamigo). Por meio desta parceria, os programas de microfinanças têm contribuído no combate à pobreza e no estímulo à inclusão produtiva da população de baixa renda, facilitando o acesso ao crédito orientado para empreendedores de pequeno porte, dos setores formal ou informal da economia, incentivando a geração de trabalho e renda.

Destaca-se que o Inec tem a missão de promover a cidadania por meio de programas socioambientais e de microfinanças, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável. Atua em todos os estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, promovendo ainda ações socioambientais em quatro eixos de atuação: Juventude; Cultura, Território e Tecnologia, por meio de uma metodologia baseada nos princípios da Educação Biocêntrica e da Permacultura, que valorizam a vida, os potenciais do lugar e das pessoas, o saudável, a identidade local, a integração, o envolvimento progressivo da comunidade, a inteligência afetiva e os vínculos no convívio, promovendo o desenvolvimento sustentável dos lugares e o desenvolvimento de uma rede solidária de ação.

Essas ações socioambientais se desenham por meio de vários projetos que contribuem de forma significativa com o desenvolvimento de uma cultura local e regional sustentável, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

As informações referentes às atividades sociais, realizadas no exercício de 2019, estão demonstradas no relatório socioambiental disponível no site do Inec <<http://www.inec.org.br/>>.

Alinhado com seu objetivo social, o Inec não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente para a consecução dos seus objetivos sociais.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis, incluída a Demonstração das Origens e das Aplicações de Recursos - DOAR, foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas em conformidade as práticas contábeis aplicadas no Brasil, a NBC ITG-2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros", aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a NBC TG 1000 -

"Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", ambas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Lei das OSCIP nº 9.790/99, que visam a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais consistentes com as utilizadas pela Administração da gestão.

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração da Entidade em 17 de fevereiro de 2020.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas de julgamento

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado, provisão para risco de contingência (trabalhista, tributária e cível) e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as categorias "recursos de parcerias em projetos e recebíveis" e "mensurados ao valor justo por meio do resultado". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os recursos de parcerias em projetos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes).

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem os ativos financeiros mantidos para negociação e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

2.5.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos, havendo também intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

O Instituto avalia, no final de cada período de apresentação do relatório, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, e aquele evento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A Administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2.6 Recursos de parcerias em projeto

Corresponde ao valor a ser repassado pelos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e Contrato de doação com encargos com a Water.org (WaterCredit).

2.6.1 Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)

Em 28 de junho de 2018, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) Termo de Parceria nº 2018/105 pelo período de um ano e seis meses (01 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2019). Durante o período do Termo, o Inec recebeu recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Crediamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Visando à continuidade do programa Crediamigo, no dia 24 de dezembro de 2019, foi firmado novo Termo nº 2019/217, com vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 560.900.000,00.

2.6.2 Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)

Refere-se ao Termo de Parceria nº 2018/107 firmado com o Banco do Nordeste, firmado em 28 de junho de 2018, pelo período de um ano e cinco meses (01 de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2019). Durante o período do Termo, o Inec recebeu recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Agroamigo, cujos financiamentos são amparados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Visando à continuidade do programa Agroamigo, no dia 26 de dezembro de 2019, foi firmado novo Termo nº 2019/218, com vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 186.900.000,00.

2.6.3 Contrato de doação Water.org

Refere se ao Contrato de doação com encargos, firmado com a Water.org no dia 19 de setembro de 2019, com validade até o dia 31 de dezembro de 2019, passível de aditamento mediante comum acordo das partes. Durante o período contratual e eventuais aditamentos, o Inec receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Projeto de WaterCredit dentro da parceria entre Inec/Water.org/BNB. Os financiamentos deste são amparados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e pela verba doada pela Water.org.

2.7 Valores a receber

Estes são demonstrados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada e perda de redução ao valor recuperável (impairment) acumulados, quando necessário. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Descrição	Taxa de Depreciação findo 2019	Taxa de Depreciação findo 2018
Veículos	25%	25%
Computadores e Periféricos	20%	20%
Instalações	10%	10%

Móveis e Utensílios	10%	10%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Destaca-se que, os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

2.9 Intangível

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

2.10 Arrendamento

O arrendamento garante que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Administração da Entidade seguiu as determinações da Seção 20 - Operações de Arrendamento Mercantil da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da 2016/NBC TG 1000(R1), de 21 de outubro de 2016, a respeito do tratamento dos arrendamentos.

Não foram identificados pela Administração da Entidade, em seus contratos vigentes, qualquer evidência que justificasse a necessidade de registro de arrendamento mercantil financeiro durante os exercícios de 2019 e 2018.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo preço da transação, que, em alguns casos, o preço da transação poderá ser igual ao valor justo, e subsequente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.12 Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF, PIS e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

2.13 Recursos de projetos e convênio em execução

As obrigações decorrentes dos convênios e termos de parcerias são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, decorrente de fatos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, tributária e civil) são reconhecidas quando: (1) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; (2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (3) e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.15 Apuração dos resultados

A classificação e o registro contábil dos eventos econômicos ocorreram em conformidade com o regime de competência para as despesas e seguindo as demais normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As receitas de doações são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa - Fundo Rotativo	-	1
Bancos Conta-Movimento - Recursos sem Restrições	2	4
Bancos Conta-Movimento - Recursos com Restrições (*)	235	47
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrições	9.209	3.931
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrições (*)	5.364	3.812
Total	14.810	7.795

O saldo de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

(*) Recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e dos recursos do projeto Water.org.

4. Adiantamentos

O saldo é composto por adiantamentos a empregados e a fornecedores. Os adiantamentos a empregados são provenientes de adiantamentos de viagens e férias. Já os adiantamentos a fornecedores, são provenientes de pagamentos adiantados para aquisição de bens, serviços ou produtos para posterior prestação de contas mediante a emissão da nota fiscal.

	2019	2018
Adiantamentos a Empregados	124	1.494
Adiantamentos a Fornecedores	65	102
Total	189	1.596

5. Recurso de parcerias em projetos

O saldo da rubrica é proveniente dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e termo de doação firmados com a Water.org. Os recursos são repassados conforme os cronogramas de desembolso dos termos:

Ativo circulante	2019	2018	
Termo de Parceria Crediamigo	585.420	518.404	
Termo de Parceria Agroamigo	194.232	163.875	
Termo de Doação Water.org	76	-	
Total		779.728	682.279

6. Valores a receber

	2019	2018
Inec	24	22
Crediamigo (*)	1.159	979
Agroamigo (*)	12	4
Total	1.195	1.005

(*) Substancialmente, referem-se aos valores depositados pelo Instituto a Previnec de ex-empregados, que realizaram resgates parciais e bloqueios judiciais ordenados mediante decisões judiciais. Estes valores serão compensados em faturas posteriores.

7. Depósito judicial

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo Inec, que poderão ser revertidos em benefício mediante as decisões judiciais.

	2019	2018
Depósito Judicial - Crediamigo	3.215	2.799
Depósito Judicial - Agroamigo	215	203
Total	3.430	3.002

8. Imobilizado

	2019	2018
Imobilizado com restrição (*)	1.761	1.380
Computadores e periféricos	762	521
Instalações	6	6
Móveis e utensílios	295	227
Máquinas e equipamentos	562	490
Veículos	136	136
Imobilizado sem restrição	375	314
Computadores e periféricos	118	79
Móveis e utensílios	24	22
Veículos	168	163
Máquinas e equipamentos	65	50

Imobilizado sem restrição - bens doados e cedidos	374	304
Computadores e periféricos	253	206
Máquinas e equipamentos	73	68
Móveis e utensílios	48	30
Depreciação Acumulada	(1.269)	(1.038)
Depreciação Acumulada	(1.269)	(1.038)
Total	1.241	960

No exercício de 2019, o ativo imobilizado da entidade apresentou movimentação de aquisição de R\$ 519 mil, sendo R\$ 455 mil referentes a bens com restrição e R\$ 64 mil a bens sem restrição.

(*) Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e por meio da parceria entre Inec, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e projeto Water.org.

Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o Inec e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens foram incorporados ao imobilizado do Inec por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

Seguem demonstrativos da movimentação dos grupos de contas:

Descrição	Saldo 2018	Adições	Baixas Líquidas	Depreciação	Saldo 2019
Computadores e Periféricos	175	329	(2)	(72)	430
Móveis e Utensílios	184	91	(3)	(31)	241
Veículos	227	5	-	(66)	166
Máquinas e Equipamentos	372	93	(1)	(63)	401
Instalações	2	1	-	-	3
Total	960	519	(6)	(232)	1.241

9. Intangível

	2019	2018
Intangível com restrição	817	740
Licença de uso de software	817	740

Intangível sem restrição	40	38
Licença de uso de software	40	38
Intangível sem restrição - bens doados e cedidos	25	25
Licença de uso de software	25	25
Amortização acumulada	(606)	(467)
Total	276	336

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licenças de direitos de uso.

A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a., representando o tempo, o qual a entidade espera utilizar os ativos.

Os bens doados são oriundos do termo de parceria, Espaço Nordeste, celebrado entre o Inec e o Banco do Nordeste do Brasil, incorporados ao imobilizado por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

No exercício de 2019, o Intangível da entidade apresentou movimentação decorrente de aquisição de R\$ 79 mil, não havendo baixas, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Saldo 2018	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo 2019
Licença de uso de software	336	79	-	(139)	276
Total	336	79	-	(139)	276

10. Fornecedores

A Entidade possui uma composição de fornecedores pulverizada, representada substancialmente por fornecedores de serviços. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

	2019	2018
Inec	6	50
Crediamigo	4.122	1.533
Agroamigo	1.201	306
Outros	-	2
Total	5.329	1.891

11. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias e valores retidos dos empregados a serem repassados às associações de classe.

	2019	2018
Obrigações com empregados	15.813	13.521
Salários a pagar	15.813	13.521
Encargos Sociais	11.788	9.728
FGTS a recolher	2.228	1.972
PIS s/ Folha de pagamento	375	324
INSS a recolher	7.390	6.248
IRRF s/ Folha de pagamento	1.795	1.184
Vinculado a Consignação	100	70
Pensão Judicial	26	29
Contribuição assistencial	2	3
Contribuição sindical a recolher	37	38
Taxa Assistencial	35	1

Provisão para férias e encargos sociais	28.161	24.824
Férias	20.760	18.281
INSS s/ Férias	5.542	4.907
PIS s/ Férias	208	183
FGTS s/ Férias	1.651	1.453
Total	55.862	48.143

12. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre notas fiscais de serviços tomados, de Pessoa Física e Pessoa Jurídica (IRRF, PIS/COFINS/CSSL e ISSQN), bem como da tributação da COFINS sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras, calculadas de acordo com as bases legais tributárias.

	2019	2018
ISS Serviços	34	45
IRRF Serviços	26	18
PIS/COFINS/CSSL Lei 10.833	41	9
COFINS s/ Rendimento	2	70
Total	103	142

13. Obrigações com terceiros

O saldo da rubrica obrigações com terceiros é composto por empréstimos consignados concedidos aos empregados pelo Banco do Nordeste, descontados em folha de pagamento para serem repassados à Instituição Financeira, cheques emitidos e não compensados, Seguros DIT, doações a repassar e depósitos não identificados.

	2019	2018
Convênio BNB / CDC a repassar	329	290
Doações a repassar	-	29
Depósitos a identificar	1	74
Seguro DIT	-	1
Total	330	394

14. Recursos de projetos e convênios em execução

Abaixo estão demonstrados os saldos de convênios e parcerias a serem aplicados em seus objetivos:

Passivo circulante	2019	2018
Termo de parceria - Crediamigo	534.643	477.945
Termo de parceria - Agroamigo	180.058	151.934
Termo de doação - Water.org	175	-
Convênio Planseq	5	5
Total	714.881	629.884

15. Provisões para riscos

O Inec é parte envolvida em processos trabalhista, tributário e cível. Decorrente disto, está discutindo questões tanto na esfera administrativa como na judicial, das quais, quando aplicáveis, são exigidos depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da consultoria jurídica.

	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.263
Adições	13.582

Reversões	(5.240)
Pagamento	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.399
Adições	3.889
Reversões	(275)
Pagamento	(1.186)

Saldo em 31 de dezembro de 2019 14.827

O Inec possui ações trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 433 (ações trabalhistas) e R\$ 1.279 (ações tributárias). A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face à eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

16. Patrimônio social

O patrimônio social representa o superávit ou déficit acumulado pela entidade no decorrer das suas atividades.

Considerando que o estatuto social da Entidade é silente em relação às destinações do superávit dos exercícios e conforme estabelece a Resolução nº1.409 do CFC, estão sendo reclassificados para a rubrica de patrimônio social, os resultados positivos auferidos no encerramento do exercício social.

17. Receitas com doações, parcerias, convênios e contribuições

	2019	2018
Doações de pessoas jurídicas	2.264	1.711
Doações de pessoas físicas	118	151
Ressarcimento de recursos	30	-
Prestação de serviços (*)	4.415	2.608
(-) ISS sobre prestação de serviços	(221)	(130)
(-) COFINS sobre prestação de serviços	(335)	(198)
Receitas operacionais sem restrições	6.271	4.142
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)	388.817	332.690
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	126.594	122.437
Programa Water.org	164	-
Receitas operacionais com restrições	515.575	455.127
Total	521.846	459.269

(*) Para entidades sem finalidade de lucro, não há incidência do PIS, conforme o que dispõe o artigo 47 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002.

18. Despesas com programas e projetos sociais

	2019	2018
Incentivo à Educação e à Cultura	(448)	(356)
Incentivo à Geração de Renda	(2)	(39)
Desenvolvimento Comunitário	(588)	(84)
Campanha Natal sem Fome	(26)	(166)
Encontro Nordeste de Educação e Cidadania	(0)	(32)
Ações Pontuais	(63)	(0)
Financiamento a Projetos Sociais	(50)	(306)
Despesas com programas sem restrições	(1.177)	(983)
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)	(388.817)	(332.690)
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	(126.594)	(122.437)
Programa Water.org	(164)	(0)
Convênio MDA X Inec	(34)	(22)

Despesas com programas com restrições	(515.609)	(455.149)
Total	(516.786)	(456.132)

19. Seguros

A Entidade mantém contrato de seguros com coberturas, levando em conta a natureza da atividade e o grau de risco envolvido em suas operações, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019 são:

Ramos	Importâncias Seguradas
Básica - INC, Raio, Explosão/Implosão	1.200
Danos Elétricos - Curto Circuito	150
Roubo/Furto Qualificado	100
Vendaval até Fumaça	150
Recomposição de Registro e Documentos	30
R C Operações	150
Despesas fixas básicas	100

----- Cleane Ramos Paulino Contadora - CRC CE-018466/O-9	----- Stélio Gama Lyra Júnior Diretor Presidente
--	--

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de Reais)			
Ativo			
	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		795.935	693.567
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.810	7.795
Adiantamentos	4	189	1.596
Tributos a recuperar		6	-
Despesas antecipadas		7	8
Recursos a receber de parcerias em projetos	5	779.728	682.279
Valores a receber	6	1.195	1.005
Clientes		-	883
Não circulante		5.017	4.368
Depósitos judiciais	7	3.430	3.002
Títulos de capitalização		70	70
Imobilizado	8	1.241	960
Intangível	9	276	336
Total do ativo		800.952	697.935

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Balanços patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de Reais)			
Passivo			
	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		776.511	680.453
Fornecedores	10	5.329	1.891

Obrigações sociais e trabalhistas	11	55.862	48.143
Obrigações tributárias	12	103	142
Obrigações com terceiros	13	330	394
Valores a pagar		6	-
Recursos de projetos e convênios em execução	14	714.881	629.884
Não circulante		14.827	12.399
Provisão para riscos	15	14.827	12.399
Patrimônio líquido		9.614	5.083
Patrimônio social	16	9.614	5.083
Total do passivo		800.952	697.935

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais sem restrições	17	6.271	4.142
Receitas operacionais com restrições	17	515.575	455.127
Projetos Sociais - INEC	18	(1.177)	(983)
Despesas com programas com restrições	18	(515.609)	(455.149)
(=) Superávit (déficit) bruto		5.060	3.137
Despesas Administrativas		(846)	(457)
Despesas com Pessoal		(81)	-
Resultado Financeiro		398	173
Receita financeira		405	177
Despesa financeira		(7)	(4)
(=) Superávit (déficit) do exercício		4.531	2.853

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA		
Demonstração do resultado abrangente		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018		
(Em milhares de Reais)		
	2019	2018
Superávit (déficit) do exercício	4.531	2.853
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.531	2.853

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018				
(Em milhares de Reais)				
	Patrimônio Social	Recursos de superávit com restrição	Superávit / déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.106	124	-	2.230
Superávit do período	-	-	2.853	2.853
Destinação do Superávit do período	2.853	-	(2.853)	-

Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.959	124	-	5.083
Superávit do período	-		4.531	4.531
Destinação do Superávit do período	4.565	(34)	(4.531)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.524	90	-	9.614

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA		
Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018		
(Em milhares de Reais)		
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	4.531	2.853
Ajustes ao superávit/déficit do exercício		
Provisão para riscos	2.428	8.071
Depreciações	232	150
Amortizações	139	136
	7.330	11.210
Variações dos ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/Redução de adiantamentos	1.407	(18)
(Aumento)/Redução de tributos a recuperar	(6)	4
(Aumento)/Redução de despesas antecipadas	1	11
(Aumento)/Redução de recurso termo de parceria e convênios a apropriar	(97.449)	(205.949)
(Aumento)/Redução de valores a receber	(190)	707
(Aumento)/Redução de clientes	883	(883)
(Aumento)/Redução de bancos conta vinculada	-	21
(Aumento)/Redução de depósitos e bloqueios judiciais	(428)	(1.196)
Aumento/(Redução) de fornecedores	3.438	(1.362)
Aumento/(Redução) de obrigações sociais e trabalhistas	7.719	1.152
Aumento/(Redução) de obrigações tributárias	(39)	46
Aumento/(Redução) de obrigações com terceiros	(64)	(684)
Aumento/(Redução) de valores a pagar	7	-
Aumento/(Redução) de recursos de projetos e convênio	84.998	182.310
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.607	(14.631)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(519)	(460)
Baixa do ativo imobilizado	6	23
Aquisição de ativo intangível	(79)	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(592)	(461)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	7.015	(15.092)
Caixa no início do período	7.795	22.888
Caixa no final do período	14.810	7.795
Aumento de caixa e equivalente de caixa	7.015	(15.092)

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
Demonstração das origens e aplicações de recursos
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)			2019		2018
1	Origens dos Recursos de Terceiros				
	Superávit/ Déficit do Exercício		4.531		2.853
	Mais: Depreciação e Amortização		371		286
	Das Operações		4.902		3.139
	Redução do Realizável a Longo Prazo		(428)		(1.175)
	Aumento/Redução da Provisões para Riscos Trabalhistas		2.428		8.071
	De Terceiros		2.000		6.896
2	Aplicação de Recursos				
	Aquisição de Ativo Imobilizado		519		460
	Baixa do Ativo Imobilizado		(6)		(23)
	Aquisição de Ativo Intangível		79		24
	Total da Aplicação de Recursos		592		461
3	Variação do Capital Circulante Líquido		6.310		9.574
	Ativo Circulante líquido no início do exercício		693.567		502.531
	Ativo Circulante líquido no final do exercício		795.935		693.567
	Variação do Ativo Circulante líquido		102.368		191.036
	Passivo Circulante Líquido no início do exercício		680.454		498.992
	Passivo Circulante Líquido no final do exercício		776.512		680.454
	Variação do Passivo Circulante líquido		96.058		181.462
	Capital Circulante Líquido		6.310		9.574

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2018/105

Custo do Projeto: R\$ 669.200.228,00 (Seiscentos e sessenta e nove milhões, duzentos mil, duzentos e vinte e oito reais); Local de realização do projeto: Área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Data de assinatura do TP: 28/06/2018; Início do projeto: 01/07/2018; Término: 31/12/2019; Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito CREDIAMIGO, do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jul/2018 a dez/2019 (a)	Realizado no período jul/2018 a dez/2019 (b)	Diferença (b)-(a)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	6.440.000	6.772.529	332.529	105,2%
Valor Desembolsado (Em R\$ milhões)	R\$ 14.100,00	R\$ 15.264,45	R\$ 1.164,45	108,3%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (1) - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jul/2018 a dez/2019 (c)	Despesas desembolsadas no período jul/2018 a dez/2019 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 571,10	R\$ 488,68	R\$ 82,42	85,6%
Capacitação de Empregados	R\$ 4,23	R\$ 2,39	R\$ 1,84	56,5%

Orientação Empresarial	R\$ 0,98	R\$ 0,00	R\$ 0,98	0,0%
Despesas Administrativas	R\$ 92,89	R\$ 71,43	R\$ 21,46	76,9%
Total	R\$ 669,20	R\$ 562,50	R\$ 106,70	84,1%

(1)Do valor total previsto de R\$ 669.200.228,00 para o período de julho/2018 a dezembro/2019, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 562.492.085,50, gerando saldo de R\$ 106.708.142,50 na posição final do Termo de Parceria.

Para liquidar despesas do período, foram solicitados repasses que totalizaram R\$ 564.132.640,86, os quais foram recebidos em conta corrente até Jan/2020, cujo saldo de disponibilidades em 31/01/2020 findou em R\$ 2.262.265,90. A composição do saldo de disponibilidades é feita pela dedução de R\$ 562.492.085,50 (despesas) e R\$ 1.885.717,21 (débitos diversos) do total de repasses, adicionando R\$ 2.401.526,75 (créditos diversos) e R\$ 105.901,00 (rendimento líquido de aplicação financeira).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2018/107

Custo do Projeto: R\$ 206.602.789,00 (Duzentos e seis milhões, seiscentos e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Data de assinatura do TP: 28/06/2018. Início do projeto: 01/08/2018. Término: 31/12/2019. Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período ago/2018 a dez/2019 (a)	Realizado no período ago/2018 a dez/2019 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	750.000	702.817	47.183	93,7%
Valor Contratado (Em R\$ milhões)	R\$ 3.650,00	R\$ 3.558,01	R\$ 91,99	97,5%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (1) - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período ago/2018 a dez/2019 (c)	Despesas desembolsadas no período ago/2018 a dez/2019 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 178,45	R\$ 156,02	R\$ 22,43	87,4%
Capacitação de Empregados	R\$ 2,55	R\$ 0,98	R\$ 1,57	38,4%
Despesas Administrativas	R\$ 25,60	R\$ 19,28	R\$ 6,32	75,3%
Total	R\$ 206,60	R\$ 176,28	R\$ 30,32	85,3%

(1)Do valor total previsto de R\$ 206.602.789,00 para o período de agosto/2018 a dezembro/2019, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 176.283.131,02, gerando saldo de R\$ 30.319.657,98 na posição final do Termo de Parceria.

Para liquidar despesas do período, foram solicitados repasses que totalizaram R\$ 176.653.555,24, os quais foram recebidos em conta corrente até Jan/2020, cujo saldo de disponibilidades em 31/01/2020 findou em R\$ 891.252,18. A composição do saldo de disponibilidades é feita pela dedução de R\$ 176.283.131,02 (despesas) e R\$ 2.147.806,05 (débitos diversos) do total de repasses, adicionando R\$ 2.594.165,07 (créditos diversos) e R\$ 74.468,94 (rendimento líquido de aplicação financeira).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O TERMO DE PARCERIA

Ao Presidente e Conselheiros do:

Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Em conformidade com nossos exames aos livros, processos, e documentos contábeis do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, correspondente ao Termo de Parceria CREDIAMIGO (contrato Termo de Parceria n° 2018/105) atestamos pela regularidade das contas do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC ("Entidade"), entretanto, ressaltamos quanto à necessidade da implementação de melhorias nos controles internos existentes, tendo em vista algumas deficiências detectadas no decorrer de nossos trabalhos, e que foram objeto de menção neste relatório.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade;
- A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e
- A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade.

Considerando o escopo do trabalho, definido acima, em nossa opinião, as informações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC em 31 de dezembro de 2019 como também o Termo de Parceria CREDIAMIGO (contrato Termo de Parceria n° 2018/105).

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2020

DOMINUS AUDITORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S

CRC - CE 00552/O-6

Karla Jeanny Falcão Carioca

Contadora - CRC - CE 015544/O-3

CNAI - 3820 (QTG / BACEN / CVM)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O TERMO DE PARCERIA

Ao Presidente e Conselheiros do:

Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Em conformidade com nossos exames aos livros, processos, e documentos contábeis do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, correspondente ao Termo de Parceria AGROAMIGO (contrato Termo de Parceria n° 2018/107) atestamos pela regularidade das contas do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC ("Entidade"), entretanto, ressaltamos quanto à necessidade da implementação de melhorias nos controles internos existentes, tendo em vista algumas deficiências detectadas no decorrer de nossos trabalhos, e que foram objeto de menção neste relatório.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

- O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade;
- A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e
- A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade.

Considerando o escopo do trabalho, definido acima, em nossa opinião, as informações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC em 31 de dezembro de 2019 como também o

Termo de Parceria AGROAMIGO (contrato Termo de Parceria n° 2018/107).

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2020

DOMINUS AUDITORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S

CRC - CE 00552/O-6

Karla Jeanny Falcão Carioca

Contadora - CRC - CE 015544/O-3

CNAI - 3820 (QTG / BACEN / CVM)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Presidente e Conselheiros do:

Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Instituto Nordeste Cidadania - INEC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania - INEC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 2.6 onde a Entidade divulga a continuidade do programa Crediamigo, através de assinatura de novo termo de parceria n° 2019/217 no dia 24 de dezembro de 2019, com vigência 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 com valor de R\$ 560.900.000,00 e do programa Agroamigo através de assinatura de novo termo de parceria n° 2019/218 no dia 26 de dezembro de 2019, com vigência 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 186.900.000,00, ambos reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2019, conforme apresentado nas notas explicativas n° 5 e n° 14.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Examinamos também a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Entidade, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

As Demonstrações Contábeis individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores, com Relatório dos Auditores Independentes emitido em 19 de fevereiro de 2019 e não continha ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações realizadas pela Administração da Entidade.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2020

DOMINUS AUDITORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO S/S

CRC - CE 00552/O-6

Karla Jeanny Falcão Carioca

Contadora - CRC - CE 015544/O-3

CNAI - 3820 (QTG / BACEN / CVM)

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC

Manifestação do Conselho Fiscal do INEC sobre o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Empresa Dominus Auditoria, Consultoria e Treinamento S/S

Ao

Conselho de Administração do Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi, CEP 60714-502 - Fortaleza (CE)

Nesta

Senhores Conselheiros,

Em atendimento ao previsto nos artigos 34 e 35, Capítulo VIII, do Estatuto Social do INEC, este Conselho Fiscal, em reunião ocorrida nesta data, procedeu à análise e aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Diante do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Empresa DOMINUS Auditoria, Consultoria e Treinamento S/S, em 17/02/2020, que expressa opinião de que as referidas demonstrações contábeis inclusive a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania - INEC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Conselho Fiscal emite a sua concordância quanto à adequação dos documentos analisados e orienta que todas as recomendações constantes do Relatório de Recomendações dos Controles Internos, também emitido pela Empresa DOMINUS, em 17/02/2020, sejam efetivamente implementadas.

Fortaleza (CE), 19 de fevereiro de 2020.

José Ferreira Chagas

Conselheiro Fiscal

Jorge Luiz Fonseca de Santaanna

Conselheiro Fiscal

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.